INOCÊNCIO VOLTA ATRÁS

Desiste de comissão especial de investigação

Três deputados

originalmente

indicados pela

CPI já foram

inocentados:

Jesus Tajra,

Pedro Irujo e

Jorge Tadeu

Mudalen.

Menos de 24 horas depois de ter anunciado a criação de uma Comissão Especial de Sindicância, com poderes quase semelhantes aos de uma CPI para dar continuidade à investigação sobre parlamentares suspeitos de integrar a máfia do Orçamento, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), voltou atrás e constituiu apenas uma Comissão Especial de Assessoramento à Mesa. Esta comissão deverá estudar os casos de cada um dos parlamentares que ainda estão sob investigação, para definir se devem ser processados pela Câmara, pela Justiça ou pela Receita.

A Mesa Diretora da Câmara já livrou de suspeita os deputados

Pedro Irujo (PMDB-BA), Jesus Tajra (PFL-PI) e Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), que tiveram os nomes apontados para a continuidade das investigações. No caso de Tajra, o próprio relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), isentou o parlamentar de

responsabilidade, admintindo erro em seu relatório (leia ao lado). Os três inocentados passaram o dia ontem no Congresso, juntando documentos, na pressa de ver seus nomes limpos.

A Comissão Especial de Assessoramento será coordenada pelo segundo vice-presidente da Câmara, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), também relator. A partir dos documentos da CPI, a Comissão de Assessoramento definirá o tipo de investigação a ser feita. No caso de crimes externos à Câmara, os processos serão enviados ao Ministério Público.

Se o crime ferir o decoro, os processos serão enviados à Corregedoria da Câmara, também presidida por Lyra. Somente depois de nova investigação é que a Corregedoria enviará o nome do deputado para a Comissão de Constituição e Justiça. Aí, sim, para a abertura do processo de advertência sigilosa, advertência pública, suspensão do mandato por trinta dias ou cassação. A Comissão de Assessoramento vai estudar os documentos enviados pela CPI, e, se precisar quebrar o sigilo bancário de algum parlamentar encaminhará a proposta à Mesa, já que só o plenário pode autorizar essa operação.

A Comissão Especial de Sindi-

cância, destituída por Inocêncio e que faria novas investigações sobre os parlamentares suspeitos, sofreu restrição até de Lyra, que ocuparia o cargo de presidente. Ele argumentou que ela não tinha objetivo definido. "De repente, pareceria que a comis-

são teria sido arma-

da para inocentar os deputados". Outra versão que corre no Congresso diz que Lyra não tem interesse em investigar o deputado José Carlos Vasconcelos (PRN-F_E) de quem é amigo. Os deputados investigados pela Comissão de Assessoramento são: José Luís Maia (PPR-PI), Gastone Righi (PTB-SP), Paes Landim (PFL-PI), Uldurico Pinto (PSB-BA), José Carlos Aleluia (PFL-BA), Mussa Demes (PFL-PI), Pinheiro Landim (PMDB-CE), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE) e Roberto Jefferson (PTB-RJ).

João Domingos/AE